

**COMISSÃO
PRÓPRIA DE
AVALIAÇÃO**



2021



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA**



RELATÓRIO INTEGRAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (Triênio 2018-2020)

Maceió
Março/2021

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA**

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Relatório Integral resultado do processo de Autoavaliação Institucional correspondente ao triênio 2018-2020, realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/IFAL, nos moldes previstos na Lei 10.861/04, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES/ No. 65 de 2014.

REITOR

Carlos Guedes Lacerda

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Maria Cledilma Ferreira da Silva Costa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira da Silva

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Edja Laurindo de Lima

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Heverton Lima de Andrade

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Abel Coelho da Silva Neto

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* ARAPIRACA

Fábio Ribeiro

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* MACEIÓ

Damião Augusto de Farias Santos

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* MARECHAL DEODORO

Éder Júnior Cruz de Souza

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Roberto Fernandes

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* PIRANHAS

Antônio Iatanilton Damasceno de França

DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* SATUBA

Valdemir Lino Chaves Filho

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 INTRODUÇÃO.....	7
2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	7
2.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	7
2.3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
2.4 SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAL SEGUNDO O PDI 2019-2023.....	15
3 METODOLOGIA	16
3.1 TIPO DE PESQUISA	16
3.2 SEGMENTOS DA PESQUISA.....	16
3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	16
4 DESENVOLVIMENTO	17
5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	20
5.1 EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	20
5.1 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	21
5.1 EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS.....	22
5.2 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO.....	24
5.3 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32

1 APRESENTAÇÃO

A avaliação institucional interna (autoavaliação) está inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre suas finalidades a melhoria da qualidade da educação superior e a expansão da sua oferta.

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão e de seu autoconhecimento.

O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa conduzidos pelo MEC.

Assim esse documento é o Relatório Integral de Autoavaliação do triênio 2018-2020 do IFAL, sendo resultado do trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na compilação e análise das iniciativas previstas para o ano, de acordo com o planejamento trienal da Comissão como posto no Projeto de Autoavaliação Institucional 2019-2021.

2 INTRODUÇÃO

2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Órgão de vinculação: Ministério da Educação

Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Denominação abreviada: Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Natureza jurídica: Autarquia Federal

Endereço Sede Reitoria: Rua Odilon Vasconcelos, 103 – Maceió – AL

Endereço site institucional: www.ifal.edu.br/cpa

Endereço e-mail da Comissão Própria de Avaliação: cpa@ifal.edu.br

2.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Compõem a CPA representantes da sociedade civil e das categorias docente, técnico administrativo e discente do Instituto, que serão escolhidos por seus pares mediante eleição conforme previsto no artigo 28 do seu Regimento Interno.

Quadro 1 – Composição CPA 2019-2021

MEMBROS TITULARES	
Docente	Edriane Teixeira da Silva (Presidente) Karinne Oliveira Coelho Marcos André Rodrigues da Silva Júnior
Técnico Administrativo	Luciete Barbosa da Silva (Secretária)
Discente	Delane Barros dos Santos

Fonte: CPA, 2021.

O principal objetivo da CPA é buscar o desenvolvimento integral e a melhoria constante na qualidade do processo educacional do Instituto. Para isso, faz-se necessária uma comissão atuante a fim de que possa não só proceder a uma avaliação interna eficaz, mas também divulgá-la quanto as suas eventuais fragilidades e potencialidades, resultando no padrão de qualidade proposto no PDI para a oferta dos cursos de graduação. A execução do projeto ultrapassa o cumprimento de prazos e determinações do MEC, orientando-se pelo compromisso social institucional constante no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).

Assim, para melhor organizar o plano de ação a ser desenvolvido por essa CPA, foi elaborado o Projeto de Autoavaliação Institucional, publicado na página oficial da instituição, que apresenta todo o planejamento estratégico traçado para melhor conduzir o processo de autoavaliação no triênio 2018-2020.

2.3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, também denominado Instituto Federal de Alagoas (IFAL), foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com 38 Institutos, dois CEFET, uma Universidade Tecnológica e o Colégio Pedro II.

Em Alagoas, o IFAL é resultado de uma junção entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET/AL), e a Escola Agrotécnica Federal de Satuba (EAFS). O CEFET (antes Escola Técnica Federal de Alagoas) é originário da Escola de Aprendizes e Artífices, que foi criada em 23 de setembro de 1909 pelo presidente Nilo Peçanha, com cursos profissionalizantes, enquanto a Agrotécnica de Satuba foi implantada em 30 de agosto de 1911, para oferta de cursos técnicos da área agrícola.

Atendendo ao que está disposto no Art. 39 da Lei nº 9394/96, incluído pela Lei nº11.741/2008, no que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como ao que determina sua Lei de Criação, o IFAL busca garantir a relação das dimensões trabalho, ciência e tecnologia com a oferta de educação profissional técnica de nível médio, em todos os seus níveis, formas e modalidades, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e educação de nível superior com cursos de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de programas especiais de formação pedagógica, conforme características especificadas a seguir:

I. Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional.

Para efeito de sua execução, os cursos FIC serão oferecidos à comunidade ficando condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

II. Educação Profissional Técnica de nível médio.

A educação profissional técnica de nível médio se caracteriza nas seguintes formas de ensino:

- Articulada com o ensino médio, na forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental na idade regular, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

- Subsequente: oferecido para quem já tenha concluído o ensino médio.

- Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Configura-se em uma modalidade ofertada pelo IFAL para Jovens e Adultos, maiores de 18 anos, que não tiveram acesso ou continuidade ao ensino médio na idade própria e poderão cursá-lo integrado à parte profissionalizante.

III. Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação:

- Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.

- Cursos Superiores de Licenciatura com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática.

- Cursos Superiores de bacharelados visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

- Cursos de Pós-graduação:

- i. Lato Sensu* (Aperfeiçoamento e Especialização) visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

- ii. Stricto Sensu* (Mestrado) que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas à geração e inovação tecnológica. Uma das principais finalidades do IFAL é estimular e apoiar processos educativos que levem

à geração de trabalho e renda, e à formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, na perspectiva, sobretudo, do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Para o atendimento das finalidades acima mencionadas, o IFAL trabalha com cursos de educação profissional técnica e superior pertencentes aos Eixos Tecnológicos que são determinados pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Já no que se refere às Licenciaturas, a oferta de cursos se encontra fundamentada na demanda regional e em atendimento os Referenciais Curriculares Nacionais para as Licenciaturas. A oferta de cursos é realizada de forma a garantir a verticalização do ensino no IFAL, em áreas de conhecimento, com oferta em níveis e formas diferentes de modo a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior e pós-graduação.

O estado de Alagoas ocupa uma área territorial de 27.848,14 km², correspondendo a 1,8% da região Nordeste (a qual representa 18% do território brasileiro). Alagoas tem como limites os estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia. Sua divisão político-administrativa é composta por 102 municípios, agrupados em três mesorregiões: Leste Alagoano, Agreste Alagoano e Sertão Alagoano. Do início da série de estimativas populacionais do IBGE, em 1992, até o ano de 2017, Alagoas teve um acréscimo populacional de 32%, passando, nesses 26 anos, de 2.548.092 para 3.375.823 de habitantes. Este número corresponde a 6,4 a 5,5% do PIB n% do total da região Nordeste e a 1,6% do total da população nacional.

O PIB de Alagoas em 2016 correspondeu a 0,8% do nacional, sendo que os com maior participação no PIB estadual foram: Maceió (43,08%), Arapiraca (8,11%), Marechal Deodoro (3,31%), Coruripe (3,14%) e Rio Largo (1,98%). Dentre aqueles com pior participação, tivemos: Belém (0,07%), Palestina (0,07%), Mar Vermelho (0,06%) e Pindoba (0,06%). A capital alagoana foi o único município do Estado a entrar na lista dos 100 com maior participação nacional (38ª colocação).

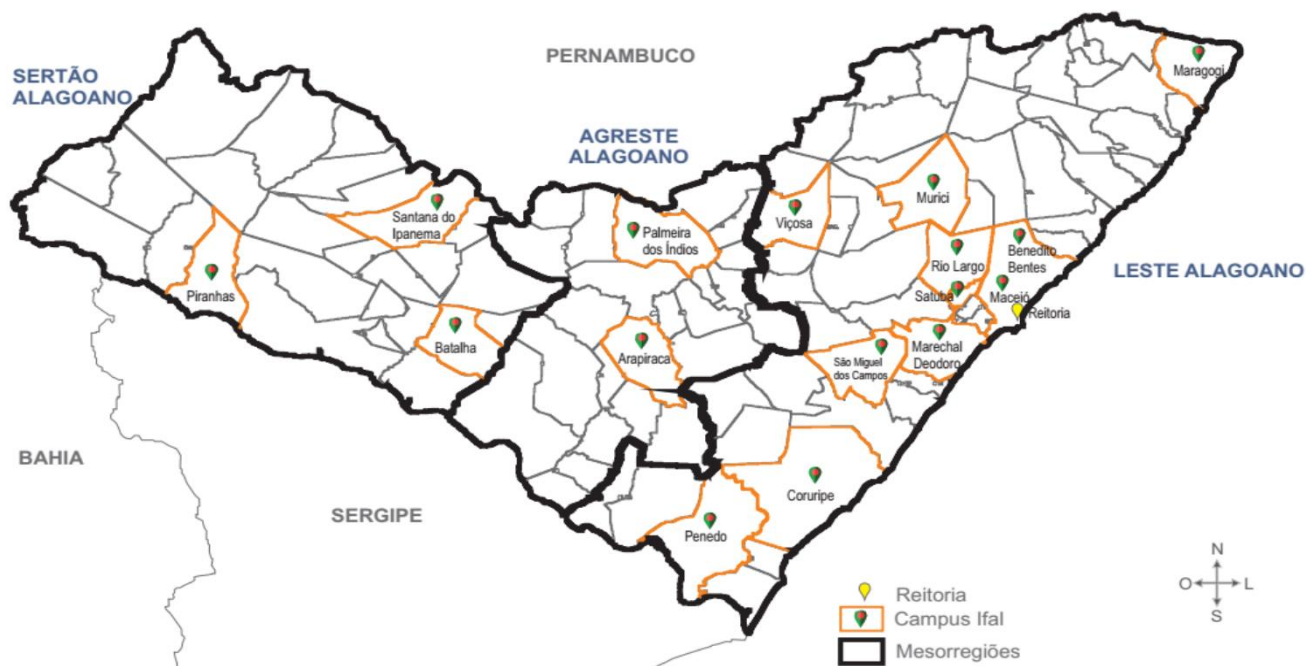
Como a educação serve de parâmetro para o IFAL compreender o ambiente educacional no qual os campi estão inseridos, cabe registrar que a taxa de analfabetismo de Alagoas em 2017, entre pessoas com 15 anos ou mais, foi de 18,2%. Embora tenha caído 1,2% quando comparada ao ano de 2016, essa é a maior taxa de analfabetismo do país. Ademais, considerando que a maior parte das matrículas do IFAL é realizada nos cursos técnicos de

nível médio integrado, também é interessante analisar os seguintes indicadores do ensino médio em Alagoas, divulgados pelo Inep para a rede pública (municipal, estadual e federal):

- a Taxa de Aprovação, que em 2011 era de apenas 67%, em 2017 teve resultado de 81,6%, igualando-se à do Nordeste e ultrapassando a taxa nacional (81,4%);
- a Taxa de Reprovação, que oscilou nos primeiros anos da década, desde 2015 está reduzindo, fechando 2017, em Alagoas, em 8,4%, enquanto no Nordeste ficou em 10,7% e, no Brasil, em 11,8%;
- a Taxa de Abandono em Alagoas, apesar de apresentar pior resultado quando comparada ao desempenho nacional e na Região Nordeste, vem em trajetória decrescente, passando de 21,6% em 2011 para 10% em 2017.

Atualmente o instituto compõe-se por 16 *campi* (Maceió, Benedito Bentes, Palmeira dos Índios, Marechal Deodoro, Satuba, Arapiraca, Penedo, Maragogi, Murici, Piranhas, São Miguel dos Campos, Santana do Ipanema, Viçosa, Batalha, Coruripe e Rio Largo), distribuídos pelo Estado (Figura 1), além da Reitoria, localizada na capital Maceió.

Figura 1 – Localização dos *campi* do IFAL



Fonte: PDI/IFAL 2019-2023.

Desses, atuam com o ensino superior na modalidade presencial os campi Arapiraca, Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Piranhas e Satuba (Quadro 3).

Campus Arapiraca: iniciou suas atividades em 4 de setembro de 2010, com as aulas funcionando provisoriamente na Escola Municipal Hugo José Camelo Lima, sendo que, em 2017, esse Campus foi deslocado para a Rua Professor Domingos Correia, nº 1207, no bairro de Ouro Preto. Em 26 de outubro de 2018, foi inaugurada a sede própria do Campus, às margens da Rodovia AL-110, contando com biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para cerca de 170 pessoas, além de ginásio de esportes.

Campus Maceió: localizado na capital, teve início em 23 de novembro de 1909, com a criação, no país, de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo Presidente da República, Nilo Peçanha. Em Alagoas, a inauguração da Escola ocorreu em 10 de janeiro de 1910; a sede que a abrigou localizava-se na Rua Boa Vista, no Centro de Maceió. Em 1937, essa Escola transferiu-se para o prédio onde hoje funciona o Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas e, em 1956, mudou-se para um prédio que foi construído na Rua Barão de Atalaia, nº 530, Centro (onde se situa até hoje). Em sua história, recebeu diversas outras denominações: Liceu de Artes e Ofícios (1937); Liceu Industrial de Alagoas (1940); Escola Industrial Deodoro da Fonseca (1956); Escola Industrial Federal de Alagoas (1960); Escola Técnica Federal de Alagoas/Etfal (1968). Após a Lei nº 8.948/1994, implementada pelo Decreto de 22 de março de 1999, passou a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL), quando começou a ofertar alguns Cursos Superiores Tecnológicos. Em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, sendo denominado de “Campus Maceió”. O espaço conta com biblioteca, laboratórios, auditório com capacidade para 327 pessoas, ginásio de esportes, campo de futebol, quadra de areia, pista de atletismo e piscina.

Campus Marechal Deodoro: localizado no Litoral Sul, o Campus Marechal Deodoro iniciou suas atividades em agosto de 1995, com sede própria, localizada na Rua Lourival Alfredo, nº 176, no bairro Poeira. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal (Etfal), que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL). Em 2008, passou a integrar a Rede de

Institutos Federais, sendo denominado de “Campus Marechal Deodoro”. A infraestrutura inclui biblioteca, laboratórios, auditório, campo de futebol, pista de atletismo, duas quadras de concreto e uma quadra de areia.

Campus Palmeira dos Índios: iniciou suas atividades em 2 de agosto de 1993, com sede na Avenida Alagoas, s/n, bairro Palmeira de Fora. Naquela época, funcionava como Unidade Descentralizada da antiga Escola Técnica Federal, que, em 1999, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/AL) e, em 2008, passou a integrar a Rede de Institutos Federais, quando esse Campus passou a denominar-se “Campus Palmeira dos Índios”. Em sua infraestrutura, dispõe de biblioteca, laboratórios, campo de futebol, quadra coberta, quadra de areia, pista de atletismo e anfiteatro.

Campus Piranhas: localizado no Alto Sertão Alagoano, o Campus Piranhas iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010, provisoriamente na Escola Estadual de Xingó I. A sede própria foi inaugurada em 20 de dezembro de 2012 e fica localizada na Avenida Sergipe, s/n. Com um projeto arrojado, dispõe de bloco administrativo, bloco de serviços de almoxarifado e terceirizados, bloco de coordenações, bloco da assistência estudantil, bloco de laboratórios das áreas técnicas, dois blocos de salas de aula, bloco de laboratórios propedêuticos, auditório, biblioteca, salas de professores por área, refeitório, cantina, quadra poliesportiva e campo de futebol.

Campus Satuba: localizado na Região Metropolitana de Maceió, na Rua Dezesete de Agosto, s/n, Zona Rural, podemos considerar que seu início se deu com a doação da Usina Wanderley à Sociedade de Agricultura Alagoana, em 1905. A partir de então, foi implantada no local uma Estação Agronômica que, em 1911, foi transformada em Patronato Agrícola de Alagoas, mudando de denominação ao longo dos anos: Aprendizado Agrícola de Alagoas (1934); Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto (1939); Escola Agrícola Floriano Peixoto (1947); Escola Agrotécnica Floriano Peixoto (1957); Colégio Agrícola Floriano Peixoto (1964); Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL (1979); e, finalmente, Ifal Campus Satuba (2008), passando a integrar a Rede dos Institutos Federais. Dispõe de biblioteca, laboratórios, auditório, ginásio esportivo, campo de futebol, capela e alojamento para estudantes.

Quadro 3 – Cursos Superiores Presenciais ofertados pelo IFAL até 2019

CAMPUS	CURSO	TIPO	MODALIDADE
Arapiraca	Sistema de Informação	B	Presencial
	Letras-Português	L	Presencial
Maceió	Alimentos	T	Presencial
	Ciências Biológicas	L	Presencial
	Design de Interiores	T	Presencial
	Engenharia Civil	B	Presencial
	Física	L	Presencial
	Gestão de Turismo	T	Presencial
	Hotelaria	T	Presencial
	Letras-Português	L	Presencial
	Matemática	L	Presencial
	Química	L	Presencial
	Sistema de Informação	B	Presencial
Marechal Deodoro	Gestão Ambiental	T	Presencial
Palmeira dos Índios	Engenharia Civil	B	Presencial
	Engenharia Elétrica	B	Presencial
Piranhas	Eng. Agrônômica	B	Presencial
	Física	L	Presencial
Satuba	Laticínios	T	Presencial

Fonte: PDI/IFAL 2019-2023

L= Licenciatura; B= Bacharelado; T = Tecnológico

2.4 SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IFAL SEGUNDO O PDI 2019-2023

Em (2019-2023), o IFAL reestruturou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento que identifica a instituição de ensino no que diz respeito à filosofia de trabalho adotada, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, à infraestrutura organizacional e às atividades que desenvolve ou pretende desenvolver. As comunidades interna e/ou externa tiveram a possibilidade de contribuir com a definição de objetivos e metas institucionais.

Figura 2 – Mapa Estratégico do IFAL



Fonte: PDI 2019-2023/IFAL

3 METODOLOGIA

Para o interstício desta autoavaliação, a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados foi elaborada respeitando-se a sua contextualização que contemplam as dez dimensões dispostas no Art. 3º da Lei Nº 10.861/2004 que institui o SINAES. Esse relatório integral apresentará uma breve discussão do conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores (2018 e 2019), em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as ações acadêmicas e de gestão realizadas nesse interstício.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A abordagem adotada no procedimento se configurou como um estudo aplicado, descritivo, de natureza qualitativa.

3.2 SEGMENTOS ENVOLVIDOS NA PESQUISA

Participaram dessa pesquisa os segmentos docentes e técnicos administrativos em educação ligados ao ensino superior e os discentes regularmente matriculados nos respectivos cursos de graduação.

3.3 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Os dois relatórios parciais elaborados durante o processo de avaliação dos anos de 2018 (RAVI 2019) e 2019 (RAVI 2020) subsidiaram a elaboração desse Relatório Integral (RAVI 2021) referente ao ano de 2020 que será encaminhado à Procuradoria Educacional Institucional (PEI) para ser inserido no sistema e-MEC. Ao final, a CPA apresentará esse relatório aos dirigentes e gestores, da Reitoria e campi envolvidos, e divulgará amplamente a toda comunidade acadêmica, por meio de reuniões e postagem nos sites oficiais da IES..

4 DESENVOLVIMENTO

O processo avaliativo adotado pela CPA do IFAL procura atender às dez dimensões de avaliação elencadas no artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, do SINAES (redistribuídas entre os cinco eixos propostos no instrumento de avaliação externa do INEP), o que permite traçar um perfil da nossa instituição, bem como o significado e a importância de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, nas mesorregiões que se encontra inserida.

Em agosto de 2014, o Instrumento de Avaliação Institucional Externa, criado para subsidiar os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial), agrupou as dez dimensões do SINAES, mencionadas acima, em cinco eixos:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Para melhor organizar o processo de Autoavaliação Institucional do IFAL em conformidade com o que determina a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014, as avaliações foram organizadas para serem aplicadas da seguinte forma no triênio 2018-2020:

- **1º Relatório parcial (até 31/03/2019):**
 - Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional e Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional;
- **2º Relatório parcial (até 31/03/2020):**
 - Eixo 3 – Políticas Acadêmicas, Eixo 4 – Políticas de Gestão e Eixo 5 – Infraestrutura.
- **Relatório Integral (até 31/03/2021):**
 - todos os eixos.

A CPA durante o processo de avaliação elaborou um material de divulgação que teve um caráter de conscientização sobre a importância da participação de toda a comunidade acadêmica no processo avaliativo (Figura 3). As estratégias adotadas incluíram:

- Elaboração de cartazes e afixação em pontos estratégicos dos campi participantes (locais de maior concentração de fluxo de pessoas);
- Elaboração de um roteiro de autoavaliação descrevendo o procedimento para acessar e responder ao questionário;
- Encaminhamento de e-mails e memorandos institucionais aos gestores dos campi; divulgação nas redes oficiais da instituição de forma a incentivar uma maior participação coletiva da comunidade acadêmica de docentes, TAES e discentes;
- Atendimento individualizado de orientação sobre o processo avaliativo quando solicitado pelos órgãos gestores de ensino ligados aos cursos de graduação.

Ressalta-se ainda, a contribuição efetiva da coordenação de Desenvolvimento de Sistema de Informação (DTI/PRPI) no suporte e tabulação dos dados e do Departamento de Comunicação na elaboração do material e divulgação do processo avaliativo.

Figura 3 – Imagens dos cartazes informativos também divulgados nas redes sociais do IFAL



Fonte: CPA, 2020.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que este relatório objetiva apresentar os dados e as análises no âmbito do IFAL, essa parte do relatório apresenta os indicadores obtidos, a partir dos instrumentos avaliativos por eixo e suas respectivas dimensões, citadas no item do desenvolvimento, e que abrangerá a amostra dos cinco campi que ofertam cursos superiores na instituição.

Diante do atual quadro de suspensão das atividades presenciais em todo instituto devido à pandemia da COVID-19, esse relatório final resultou de uma comparação entre os eixos avaliados e as ações que foram realizadas durante esse triênio para potencializar os pontos positivos e melhorar as fragilidades encontradas, mas de forma observacional.

5.1 EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Este eixo do SINAES reflete as percepções sobre planejamento e avaliação institucional através da “Dimensão 8” (Planejamento e Avaliação).

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Os relatórios de autoavaliação analisados incluem informações sobre os procedimentos de avaliação, mas não dos acompanhamentos utilizados.

De acordo com os relatórios sobre essa dimensão e as ações sugeridas pela CPA visando a melhoria desses indicadores foi observado:

1. Quanto à participação da comunidade acadêmica no planejamento estratégico: tanto a reitoria como a direção geral dos campi realizaram reuniões com os seus pares, enviando e-mail convocando-os à participação na consulta pública, subcomissões foram criadas nos campi a fim de melhorar as discussões e contribuições no planejamento estratégico anual, além da ampla divulgação no site institucional das decisões e ações tomadas.
2. Sobre a CPA foram realizados encontros presenciais nos campi tanto com os docentes como os TAES e discentes. Os relatórios elaborados no processo de autoavaliação foram encaminhados aos gestores através de memorandos e publicados no site oficial da instituição.

3. A utilização dos resultados dos relatórios, foram enfatizados no PDI 2019-2023 (página 230) onde a avaliação é considerada um instrumento que permitirá o realinhamento permanente com a missão do IFAL.

5.2 EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A avaliação da Dimensão 1 se refere às metas, aos objetivos e aos compromissos da instituição, expressos em suas diretrizes e concretizados pelas práticas pedagógicas e administrativas. Entende-se que nesta dimensão a IES avalie a articulação entre o PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e as práticas institucionais deles decorrentes, no que diz respeito às suas diretrizes gerais. De acordo com o relatório institucional 2020, ano base de 2019, sobre essa dimensão e as ações sugeridas pela CPA visando a melhoria desses indicadores foi observado:

1. Analisando os indicadores dessa dimensão de forma geral nos relatórios parciais observa-se que para melhoria da percepção discente foi feita uma ampla divulgação para construção do PDI, consultas públicas e participação discentes nas subcomissões para sua elaboração.
2. Sobre a missão e valores do IFAL, a instituição manteve seu processo de divulgação através dos seus meios de comunicação oficiais.
3. Os aspectos relacionados à estrutura e procedimentos mostram a articulação entre o PDI e o PPI, no que diz respeito às atividades institucionais. O envolvimento efetivo de dirigentes, docentes, técnicos administrativos, NDE e órgãos colegiados nessas atividades é essencial para que haja apropriação desses propósitos no cotidiano da IES.

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Aborda a inclusão social, ou seja, ações da IES desenvolvidas no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub representados no interior de cada segmento acadêmico. Assim como a contribuição na defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultura.

1. Inclusão social: O IFAL assume a educação a distância como uma ação inclusiva. A criação e implantação do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais) que atua junto aos estudantes com necessidades especiais. A criação e implantação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. E a aprovação do regulamento que dispõe sobre a utilização do nome social pelas pessoas trans no âmbito do IFAL.
2. Relação com a sociedade: A política de gestão sustentável dos recursos do Ifal está descrita no Plano de Logística Sustentável (PLS). Cada unidade (Reitoria e campi) possui, em conformidade com o PLS 2019-2023, um Plano de Ação com as iniciativas a serem executadas anualmente.

5.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

1. Quanto às atividades de ensino o PDI 2019-2023 deixa claro que estas devem caminhar de acordo com as políticas de ensino e as diretrizes colocadas no plano. Aumentando as condições e o número de cursos de graduação e participação dos coordenadores de curso e comunidade junto à PROEN.
2. Quanto às atividades de pesquisa a divulgação, criação de editais de projetos, maior incentivo às capacitações, aumento das ofertas de cursos de pós-graduação, fortalecimento da cultura de inovação e proteção tecnológica, apoio a edição e a tradução de textos científicos, por meio do Conselho Editorial do IFAL.
3. As atividades de extensão ganharam destaque com mais projetos extensionistas e programas culturais, com envolvimento de servidores e de mais alunos e ex-

alunos, além de uma maior divulgação a toda comunidade através dos meios de comunicação institucional e chamadas públicas para participação.

4. Quanto à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, os relatórios mencionam essa integração.

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Nessa dimensão foram avaliadas algumas variáveis relacionadas a comunicação interna e externa na visão dos três segmentos.

1. Atualmente, o IFAL conta com o Departamento de Comunicação e Eventos na Reitoria e possui um jornalista ou agente de comunicação nos Campi para viabilizar as ações do setor – a alimentação e a produção de conteúdo para o site institucional, a comunicação interna com estudantes, servidores, terceirizados e também com o público externo, a assessoria para ações da gestão, o contato com a imprensa, a assessoria e o acompanhamento de eventos, a elaboração de materiais jornalísticos, desenvolvimento do aplicativo IFAL Mobile que tem o objetivo de aproximar e aperfeiçoar a comunicação com a comunidade e facilitar o acesso as notícias e serviços acadêmicos dentre outras atividades.
2. Ações de comunicação digital, para fortalecer a presença do IFAL nas redes sociais e plataformas digitais estão sendo realizadas principalmente nesse momento de pandemia, suspensão das atividades presenciais e implantação do ensino remoto.
3. O conhecimento de acesso da comunidade ao serviço da ouvidoria, vem melhorando com ações de divulgação pelo site e e-mail institucional, mas ainda precisa se fazer mais conhecida e participativa entre a comunidade discente, talvez criando ouvidorias nos *campi* ou outros níveis de acesso por campus como uma caixa de sugestões, reclamações e/ou dúvidas.

Dimensão 9: Política de Atendimento aos discentes

Esta dimensão compreende a relação aluno-IES. A Política de Assistência Estudantil do tem por finalidade possibilitar condições para o acesso, a permanência com qualidade e a conclusão com êxito das/os estudantes. O IFAL registra a existência de informações sobre o controle da evasão e a política de reocupação das vagas ociosas.

A política de acesso a dados, informações e registro acadêmico foi avaliada adequadamente nos dois relatórios parciais.

Os dados referentes à política de acompanhamento de egressos contemplam devidamente a avaliação das iniciativas existentes para esse indicador. Entretanto, o registro da avaliação do acompanhamento de egressos requer maior sistematização,

As sugestões pontuadas no relatório se mantêm para essa dimensão:

1. atualizar e monitorar a execução do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes PEIPE.
2. Ampliar a divulgação das ações, desenvolvidas pela DPE, responsável pela condução da política de assistência estudantil, para que os estudantes de graduação possam conhecer os benefícios oferecidos e oportunidades;
3. Criar um plano de acompanhamento dos estudantes que fazem parte do atendimento estudantil dos cursos de graduação;
4. Divulgar à comunidade acadêmica os dados da assistência estudantil dos *campi*;
5. Melhorar as estratégias de acolhimento e acompanhamento discente a partir do fortalecimento do planejamento e da avaliação das ações pedagógicas;
6. assegurar espaços de atuação dos alunos de graduação e de suas entidades representativas com os centros acadêmicos em todos os campi.

5.4 EIXO 4 - POLÍTICAS DE GESTÃO

Esse eixo contempla as Políticas de Gestão do IFAL a partir de três dimensões: Políticas de Pessoal (Dimensão 5); Organização e Gestão da Instituição (Dimensão 6) e Sustentabilidade Financeira (Dimensão 10).

Dimensão 5: Política de Pessoal

Nessa dimensão os quesitos se aplicaram, pela pertinência, aos segmentos DOCENTE e TAE.

Gestão de Pessoas do IFAL tem como propósito o desenvolvimento dos servidores que a integram, por meio de ações de capacitação e educação continuada, as quais contribuam para o desempenho de suas atividades na instituição, bem como crescimento profissional. O quadro de docentes do IFAL é atualmente composto por 979 professores, distribuídos entre a Reitoria e os 16 Campi em funcionamento. Em relação à qualificação de seu corpo docente, a instituição possui mais de 559 mestres, mais de 213 doutores e 160 especialistas (Quadro 4).

Quadro 04– Titulação do corpo docente até dezembro de 2018

FORMAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
Graduação	10	31	41
Aperfeiçoamento	0	1	1
Especialização	61	104	165
Mestrado	195	394	559
Doutorado	70	143	213
Total	336	643	979

Fonte: PDI/IFAL, 2019 – 2023.

As políticas e investimentos em aperfeiçoamento, capacitação e titulação para docentes e técnicos administrativos, assim como o quantitativo do que tem se efetivado vem sendo bem desenvolvido assim como o processo de divulgação através de editais sob a responsabilidade da Pró Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da Direção de Gestão de Pessoas.

Algumas recomendações ainda permanecem após a análise dos relatórios e ações desenvolvidas nesse período:

- Divulgar o atual sistema de avaliação tanto dos docentes como dos técnicos-administrativos, com o objetivo de melhorar o conhecimento do processo;

- Elaborar manuais e/ou cartilhas digitais contendo informações da rotina administrativa de gestão para consulta dos servidores em geral.

O Plano de Carreira de Docente no IFAL, é segmentado em classes e níveis, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 05 – Plano de carreira de servidores docentes

CLASSE	NÍVEL
Titular	1
D IV	4
	3
	2
	1
D III	4
	3
	2
	1
D II	2
	1
D I	2
	1

Fonte: PDI/IFAL, 2019 – 2023.

No IFAL, o plano de carreira dos servidores técnico-administrativos em vem atendendo aos interesses da instituição, no que tange à distribuição de vagas, o plano de carreira se encontra estruturado em 5 níveis de classificação, cada um deles subdividido em 4 níveis de capacitação, conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 06 – Plano de carreira de servidores técnicos administrativos

Nível de classificação	Nível de capacitação	Nível de tempo de serviço
A	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
B	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
C	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
D	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16
E	I	01 a 16
	II	01 a 16
	III	01 a 16
	IV	01 a 16

Fonte: PDI/IFAL, 2019 – 2023.

Algumas recomendações ainda permanecem após a análise dos relatórios e ações desenvolvidas nesse período:

- Continuar com as discussões participativas sobre como verificar e adequar o quantitativo de servidores por setores e cursos em que haja demanda por mais pessoal até atender o quantitativo de expansão previsto no PDI 2019-2023;
- desenvolver iniciativas que visem atuar nas áreas de prevenção e promoção à saúde;

- Continuar com as iniciativas que venham contribuir para a promoção do bem-estar e de uma boa relação de trabalho entre os servidores de mesma ou de diferentes categorias, nas dimensões físicas, psicológicas e sociais;
- Continuar com as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Qualidade de Vida no Trabalho e a sua equipe prevista no PDI 2019-2023;
- Aperfeiçoar as ações previstas/desenvolvidas no Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho do IFAL prevista no PDI 2019-2023.

Dimensão 6: Organização e Gestão Institucional

A organização e a gestão do IFAL instituição e suas políticas firmadas nos vem sendo incorporado na dinâmica e no funcionamento da instituição. Com abertura de consultas públicas nas tomadas de decisão, principalmente no processo decisório nas diferentes instâncias institucionais como o Conselho Superior e órgãos colegiados, buscando manter uma coerência com o que está estabelecido nos documentos oficiais, ou se há elementos que apontam para uma reorganização. Descentralizando as ações e as atividades para os diversos órgãos, ora como a efetiva participação dos membros do corpo docente, discente e técnico-administrativo no processo de planejamento e, especificamente, no processo decisório, prerrogativa dos conselhos superiores da nossa IES.

Os docentes e discentes possuem participação na composição do Conselho Superior (Consup) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e também possuem participação no Conselho de Campus (Concamp) a fim de democratizar a tomada de decisão nas políticas de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e administração geral do Campus.

Sobre a gestão estratégica que organiza as contribuições a dar nas diversas áreas da instituição pensando-se a curto, médio e longo prazo e seria responsável por integrar os esforços desenvolvidos nos vários setores da instituição, deve considerar mais o conhecimento obtido nas autoavaliações realizadas como forma de obter melhorias, ações corretivas diante das informações colhidas no processo avaliativo para os ajustes das decisões tomadas pela instituição.

Algumas recomendações ainda permanecem após a análise dos relatórios e ações desenvolvidas nesse período:

- Ampliar, no âmbito dos cursos, a divulgação sobre a existência, composição vigente e a atuação dos órgãos Colegiados e NDE;
- Na medida do possível, informar a comunidade acadêmica do campus acerca das ações do NDE e Colegiado em prol do curso (calendário de reuniões, pautas discutidas, pontos deliberados, feedback das reuniões, entre outros);
- Estimular a participação nas reuniões locais, divulgando aos estudantes, docentes e técnicos administrativos as tomadas de decisões da gestão do campus e da Reitoria e as possíveis ações realizadas a partir delas;
- Divulgar nas reuniões com a comunidade acadêmica como estão as metas do PDI vigente na atual conjuntura e dentro do seu planejamento anual;
- Realizar visitas *in loco* aos *campi* como forma de aproximar os gestores maiores da comunidade acadêmica local, através do repasse de informações e tomadas de decisões.

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Por sustentabilidade financeira entende-se o esforço institucional no sentido da sua manutenção, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Nos relatórios analisados, constata-se que a avaliação das ações de sustentabilidade financeira vem seguindo o PDI 2019-2023. Com relação às políticas de aquisição de equipamentos e de expansão ou conservação do espaço físico para a adequada implementação de programas de ensino, pesquisa e extensão, foi percebida uma melhoria em relação ao colocado nos relatórios.

Algumas recomendações ainda permanecem após a análise dos relatórios e ações desenvolvidas nesse período

- Realizar e ampliar a divulgação dos critérios de captação, distribuição e execução orçamentária do IFAL (Reitoria e *campi*);

- Noticiar continuamente por meio de reuniões, e-mail institucionais, sites, informações/boletins resumidas sobre a situação das previsões e execução de recursos conforme prevê o PDI 2019-2023.

5.3 EIXO 5 – INFRAESTRUTURA

O “Eixo 5” visa a avaliação da infraestrutura física (Dimensão 7) da instituição, com destaque para as condições das salas de aula, laboratórios, bibliotecas, acessibilidade e condições de limpeza.

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Quanto à dimensão 7, mostrou resultados que vão desde aqueles que não atendem aos requisitos mínimos de qualidade, necessitando de rapidez e atenção especial na implantação das ações, àqueles que ainda não alcançaram o padrão exigido, mas que podem conseguir realizando ações pontuais.

Algumas recomendações ainda permanecem após a análise dos relatórios e ações desenvolvidas nesse período de pandemia:

- Divulgar mais o espaço virtual da biblioteca de forma que a comunidade acadêmica se beneficie dos serviços de consulta;
- Realizar atualização periódica dos acervos bibliográficos por campus e verificar eventuais pendências quanto ao quantitativo de livros, em consonância com os Projetos Pedagógicos de Curso – PPC.
- Criar, quando não houver, ou otimizar os espaços de convivência e esportivos a fim de obter as alternativas adequadas para todos os segmentos;
- Priorizar as ações que envolvam adequações de acessibilidade e aplicar sinalização em todos os ambientes dos *campi*;
- Priorizar as reformas e adequações dos laboratórios às necessidades dos cursos de graduação ofertados;

- Priorizar as opções de alimentação, principalmente nos *campi* sem refeitório, implantando mais de uma cantina e/ou quiosques de alimentação.
- Priorizar ações que envolvam a limpeza no campus e a segurança de servidores e discente dentro e na área externa ao campus.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional objetiva contribuir para a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil. Nessa conjuntura, a autoavaliação atinge sua função quando a CPA indica para a instituição seus pontos positivos e aqueles que necessitam de melhorias e sugerindo modificações a partir dos resultados obtidos. Que serão usados pela IES para fortalecer as intervenções necessárias que irão atender as demandas da comunidade, contribuindo favoravelmente no ensino, pesquisa e na extensão, além de conferir modificações que visam a reparar possíveis equívocos cometidos na gestão acadêmica, estabelecendo relações de cooperação com a administração superior institucional.

Esse Relatório de Autoavaliação Institucional Integral constitui a terceira etapa do triênio 2018-2020, conforme estabelecido pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014. Com a elaboração e entrega deste relatório, foi possível constatar os desafios enfrentados pela instituição principalmente em um ano atípico, em um cenário pandêmico, em que as IES estão tendo que se reinventar para alcançar um ensino a que se propõe em sua missão.

Os resultados foram apresentados conjuntamente às recomendações genéricas dadas pela CPA. Essas recomendações servem apenas para orientar o planejamento das tomadas de ações pontuais, que deverão continuar sendo monitoradas pelos gestores institucionais, departamento de graduação, coordenadores de cursos de graduação e seus respectivos NDE e Colegiados.

Ressalta-se ainda, que a autoavaliação se completa quando as ações de melhoria e de consolidação sugeridas pela CPA são implementadas pela instituição. A efetividade da autoavaliação institucional é crucial para seu desenvolvimento acadêmico e coletivo e para o aperfeiçoamento do compromisso e responsabilidade social por meio da valorização de sua missão pública, com base em valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES e dá outras providencias. Brasília, 14 de abril de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 01/04/2020.
- INEP. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília, 09 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/cpa/documentos/nota-tecnica-no-65-conaesdaesinep.pdf/@@download/file/Nota%20T%C3%A9cnica%20n%C2%BA%2065-CONAESDAES-INEP.pdf>>. Acesso em: 01/04/2020.
- IFAL. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023. Maceió, 29 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/pdi/pdi-2019-2023-final-revisado.pdf> Acesso em: 01/04/2020.
- CPA/IFAL. Projeto Autoavaliação Institucional 2019-2021. Maceió, 15 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/comissao-propria-de-avaliacao-cpa/projeto-de-autoavaliacao-2019> Acesso em: 01/04/2020.
- <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES.Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+2011+Vol+3/c29a4a4a-ffa3-46d0-8490-1f7a5080c953?version=1.1>